



MERCADO PÚBLICO DE SERVIÇOS INTELECTUAIS

Agência Francesa de Desenvolvimento

5 Rue Roland BARTHES
75012 PARIS

Objeto: Estudo de pré-viabilidade do Programa do Município de Belém para a biodiversidade e requalificação urbana do distrito de Icoaraci na bacia do Paracuri (Brasil).

Prazo para apresentação de propostas

Data: 18/03/2025

Hora: 12:00 (horário de Paris)

Regras de consulta

Sumário

1. Objeto do contrato.....	3
1.1 Forma do mercado.....	3
1.2 Duração do contrato - Renovação - Prazos de execução.....	3
1.3 Contratos de prestação de serviços similares	3
2. Organização da consulta	3
2.1 Procedimento de contratação	3
2.2 Justificação em caso de não lotação.....	4
2.3 Disposições relativas aos agrupamentos	4
2.4 Variantes livres	4
2,5 Variantes impostas.....	4
2.6 Alteração do DCE	4
2.7 Prazo de validade das ofertas	4
3. Conteúdo do dossiê de consulta.....	5
4. Retirada do dossiê de consulta.....	5
5. Apresentação de candidaturas e ofertas.....	5
5.1 Elementos necessários para a selecção das candidaturas:	5
5.2 Elementos necessários para a escolha da oferta	7
6. Julgamento das candidaturas, das propostas e adjudicação do contrato. 7	7
6.1 Seleção das candidaturas	7
6.2 Julgamento das candidaturas.....	7
6.3 Julgamento das ofertas.....	8
6.4 Adjudicação do contrato.....	9
7. Condições de envio e entrega das candidaturas e ofertas	9
8. Informações adicionais	11
9. Procedimentos de recurso.....	11
10. Anexo: Quadro de resposta imposto	14
11. Anexo: Requisitos para o certificado de assinatura.....	15

A partir de 1 de janeiro de 2025, a Agência Francesa de Desenvolvimento muda o perfil do comprador e utilizará a Plataforma de Compras do Estado, chamada «PLACE» para a publicação das suas consultas:

- As novas publicações a partir de 1 de janeiro de 2025 estarão disponíveis através do perfil de comprador PLACE;
- As consultas em curso, criadas no perfil de procura «mercados seguros», continuarão a ser realizadas até à sua atribuição;
- As empresas Titulares de um acordo-quadro em curso serão solicitadas através do perfil de comprador PLACE para os novos contratos subsequentes.

Link direto para a plataforma PLACE e para os guias de utilização: [PLACE - Plataforma das compras do Estado \(marches-publics.gouv.fr\)](https://marches-publics.gouv.fr).

1. Objeto do contrato

A consulta tem como objetivo: Estudo de pré-viabilidade do Programa do Município de Belém para a biodiversidade e requalificação urbana do distrito de Icoaraci na bacia do Paracuri (Brasil)..

Lugar de execução: Brasil.

1.1 Forma do mercado

A consulta não é decomposta em lotes. Os serviços resultarão num mercado único.
Este contrato também não é objeto de fracionamento em parcelas ou ordens de compra.

1.2 Duração do contrato - Renovação - Prazos de execução

A duração do contrato, as modalidades de recondução e os prazos de execução constam do acto de compromisso.

A título indicativo, está previsto que as prestações terão início em 30/04/2025.

1.3 Contratos de prestação de serviços similares

As prestações, objecto da presente consulta, poderão dar lugar a um novo contrato para a realização de prestações semelhantes, Que tenham sido adjudicadas por procedimento por negociação sem anúncio prévio e sem concurso e que serão executadas pelo adjudicatário deste contrato.

2. Organização da consulta

2.1 Procedimento de contratação

A presente consulta é realizada no respeito das disposições dos artigos R. 2123-1 e R. 2123-5 do Código da Contratação Pública, segundo um procedimento adaptado aberto com negociação eventual, livremente definido pela entidade adjudicante.

A entidade adjudicante analisará as propostas dos candidatos com base nos critérios de selecção das propostas e seleccionará os três candidatos com quem irá negociar.

Nos termos do artigo R. 2144-3 do Código dos Contratos Públicos, a verificação da aptidão para exercer a actividade profissional, da capacidade económica e financeira, técnica e profissional dos candidatos pode ser realizada em qualquer momento do processo e o mais tardar antes da adjudicação do contrato.

No final destas negociações, o BCE escolherá a proposta economicamente mais vantajosa com base nos critérios de seleção das propostas definidos no aviso e/ou no presente regulamento da consulta.

2.2 Justificação em caso de não lotação

A devolução em lotes separados é de natureza a restringir a concorrência ou corre o risco de tornar tecnicamente difícil ou financeiramente mais onerosa a execução das prestações.

2.3 Disposições relativas aos agrupamentos

O contrato pode ser adjudicado a uma única empresa ou a um agrupamento de empresas.

Se o contrato for adjudicado a um agrupamento conjunto, o mandatário conjunto será solidariamente responsável perante cada um dos membros do agrupamento.

Possibilidade de apresentar várias propostas para o contrato, agindo simultaneamente como candidatos individuais e membros de um ou mais agrupamentos:

☐ Sim

☒ Não

Ou como membros de vários agrupamentos:

☐ Sim

☒ Não

2.4 Variantes livres

Não são permitidas variantes livres.

2.5 Variantes impostas

Não há planos para EPS.

2.6 Alteração do DCE

A AFD reserva-se o direito de fazer alterações de detalhe no DCE, até 5 dias antes do **prazo** final para a entrega das propostas.

Os proponentes terão então de responder com base no dossiê alterado sem poder apresentar qualquer reclamação sobre o assunto.

Se, durante o exame do dossiê pelos candidatos, a data limite acima mencionada for adiada, a disposição anterior é aplicável em função desta nova data.

2.7 Prazo de validade das ofertas

O prazo de validade das propostas é de 180 dias a contar da data-limite para apresentação da proposta final.

3. Conteúdo do dossiê de consulta

O dossiê de consulta inclui as seguintes peças:

- Este regulamento de consulta.
- O contrato único e os seus eventuais anexos
- Os termos de referência (TDR) e seus anexos eventuais
- ANEXOS: Carta Consulta apresentada à Cofix (e anexos) , Inventário de emissões de gases com efeito de estufa do município, Grelha de análise padrão da AFD para a atividade 4 relativa à adjudicação dos contratos;
- A decomposição do preço global e fixo.

4. Retirada do dossiê de consulta

A entidade adjudicante informa os candidatos de que o dossiê de consulta está desmaterializado. O Dossier de Consulta das Empresas (DCE) pode ser consultado e descarregado gratuitamente no seguinte endereço:

<https://www.marches-publics.gouv.fr/>.

Para poderem descomprimir e ler os documentos disponibilizados pela entidade adjudicante, os operadores económicos deverão dispor de programas informáticos que permitam ler os seguintes formatos:

- Ficheiros comprimidos com o padrão *.zip (legíveis por Winzip, Quickzip);
- Adobe® Acrobat® *.pdf (legíveis pelo software Adobe Reader);
- *. doc ou *.xls versão 2000-2003 (legível pelo Microsoft Office ou OpenOffice);
- Rich Text Format *.rtf;
- Se aplicável, o formato DWF (legível por software Autocad, ou visores como Autodesk DWF viewer...).

Ao fazer o download do dossiê de consulta, recomenda-se à empresa que crie uma conta na plataforma de desmaterialização onde introduza nomeadamente o nome da organização proponente, e um endereço de correio eletrónico para a manter informada das eventuais alterações que ocorram no decurso de um procedimento (adição de um documento ao DCE, envio de uma lista de respostas às perguntas recebidas...).

O candidato é informado de que apenas a cópia do dossiê de consulta na posse da entidade adjudicante é autêntica.

5. Apresentação de candidaturas e ofertas

Os candidatos terão de apresentar as peças abaixo definidas, redigidas em língua francesa.

5.1 Elementos necessários para a seleção das candidaturas:

Cada candidato deverá apresentar o formulário de candidatura anexo ao presente documento, ao qual serão anexados os seguintes documentos:

- Declaração juramentada que comprova que o candidato não entra em nenhum dos casos mencionados nos artigos L. 2141-1 a L. 2141-5 ou nos artigos L. 2141-7 a L. 2141-10 do Código de Contratação Pública (documento anexo)
- Se for o caso, o(s) documento(s) relativo(s) aos poderes da pessoa habilitada a comprometer a

empresa

- Em caso de agrupamento, o documento de habilitação do mandatário assinado pelos membros do agrupamento
- Em caso de subcontratação, a declaração de subcontratação (modelo anexado ao Contrato Único)

O candidato poderá provar a sua capacidade através de qualquer outro documento considerado equivalente pela entidade adjudicante se não puder objectivamente apresentar uma das informações solicitadas relativas à sua capacidade financeira.

Se, para justificar as suas capacidades, o candidato pretender fazer prevalecer as capacidades profissionais, técnicas e financeiras de outro interveniente qualquer (subcontratante nomeadamente), deverá apresentar os documentos relativos a este interveniente referidos no presente artigo acima. Deverá igualmente justificar que disporá das capacidades desse interveniente para a execução do contrato mediante um compromisso escrito do interveniente.

Nos termos do artigo R. 2143-16 do Código dos Contratos Públicos, no âmbito da sua candidatura, os candidatos devem juntar uma tradução em francês aos elementos redigidos numa outra língua.

Os candidatos são informados de que, em conformidade com as disposições do artigo R. 2143-13 do Código de Contratação Pública, não são obrigados a fornecer documentos comprovativos e meios de prova que o comprador pode obter diretamente através de:

- Um sistema electrónico de disponibilização de informações gerido por um organismo oficial, desde que o acesso ao mesmo seja gratuito e, se for caso disso, que conste no dossiê de candidatura toda a informação necessária para a sua consulta;
- Um espaço de armazenamento digital, desde que no dossiê de candidatura conste toda a informação necessária para a sua consulta e o acesso aos mesmos seja gratuito.

Além disso, de acordo com as disposições do artigo R. 2143-14 do Código dos Contratos Públicos, os candidatos não são obrigados a fornecer à entidade adjudicante os documentos comprovativos e os meios de prova que já tenham sido apresentados numa consulta anterior e que permaneçam válidos.

Por último, nos termos do artigo R. 2143-4 do Código dos Contratos Públicos, a entidade adjudicante aceita que os candidatos apresentem a sua candidatura sob a forma de um documento único de contrato europeu (DGUE) Elaborado de acordo com o modelo estabelecido pelo regulamento da Comissão Europeia que estabelece o formulário-tipo para o documento único de mercado europeu, em substituição da declaração sob compromisso de honra e das informações mencionadas no artigo R. 2143-3.

Os candidatos podem criar ou reutilizar uma versão electrónica do DGUE através de um dos seguintes URLs: <https://ec.europa.eu/tools/espd/> OU <https://dume.chorus-pro.gouv.fr/>

Deve ser especificado que a entidade adjudicante não autoriza os candidatos a limitarem-se a indicar no documento único de contrato europeu que dispõem da aptidão e das capacidades exigidas sem fornecer informações específicas sobre estas.

5.2 Elementos necessários para a escolha da oferta

Para a escolha da oferta, os candidatos devem apresentar os seguintes documentos:

- Um contrato único, **apenas em francês (anexo** a ser preenchido, datado e assinado eletronicamente)
- O candidato deve também especificar a natureza e o montante dos serviços que pretende subcontratar, bem como a lista de subcontratantes que se propõe apresentar à aprovação e aceitação da entidade adjudicante.
- A decomposição do preço global fixo.
- Uma nota metodológica ou um memorando técnico elaborado com base no modelo apresentado no anexo «Quadro de resposta imposta» ao presente Regulamento da Consulta.

O contrato único e os documentos entregues pela entidade adjudicante, com exceção dos referidos supra e respectivos anexos, não devem ser apresentados na proposta. Apenas os documentos na posse da entidade adjudicante são autênticos.

Os elementos traduzidos para português são uma disponibilização e não são contratuais. Apenas os documentos em francês são contratuais.

Os candidatos devem ter em conta que a assinatura do contrato único equivale à aceitação de todos os documentos contratuais.

6. **Julgamento das candidaturas, das propostas e adjudicação do contrato**

6.1 Seleção das candidaturas

Os critérios de candidatura e de intervenção para a seleção são as capacidades técnicas, **financeiras e profissionais**.

6.2 Julgamento das candidaturas

A AFD reserva-se a possibilidade de analisar as ofertas antes das candidaturas. Neste caso, pode limitar a análise dos documentos de candidatura ao único candidato a quem pretende adjudicar o contrato.

Os critérios de elegibilidade são:

- Garantias e capacidades técnicas e financeiras
- Capacidades profissionais

São declaradas inadmissíveis as candidaturas que não apresentem garantias financeiras, técnicas e profissionais suficientes face ao objeto da prestação.

6.3 Julgamento das ofertas

Os critérios de avaliação das propostas são ponderados da seguinte forma:

Preço das prestações	20/100
Definição e avaliação do critério: A nota máxima (NM) será atribuída ao candidato que tiver apresentado a proposta financeira mais baixa. Os outros candidatos terão uma nota calculada com base na seguinte fórmula: $N = NM \times (OMD/OAN)$ onde N é a nota do candidato, OMD o montante da oferta menos onerosa, OAN o montante da proposta a ser anotada.	
Qualidade da metodologia	25/100
Definição e avaliação do critério: Qualidade e pertinência da metodologia proposta para a implementação dos serviços.	
Qualidade dos perfis	50/100
Definição e apreciação do critério: Qualidade dos perfis dedicados à execução das prestações.	
Critério de desenvolvimento sustentável	5/100
Medidas propostas para a redução da pegada ecológica das prestações (redução/organização inteligente do número de voos, guias de utilização, boas práticas, etc.	

As modalidades da negociação são definidas no artigo Procedimento de adjudicação.

A entidade adjudicante rejeitará as propostas inadequadas e procederá à selecção, após uma primeira classificação efectuada com base nos critérios definidos acima, de 3 candidatos que serão eventualmente admitidos a negociar. Após eventual negociação com esses candidatos (salvo insuficiência de candidatos), a entidade adjudicante escolherá a proposta economicamente mais vantajosa.

No âmbito destas negociações, os candidatos seleccionados podem ser convidados pela entidade adjudicante quantas vezes forem necessárias e em estritas condições de igualdade, Especificar, completar ou alterar a sua oferta sem que sejam introduzidas alterações substanciais no caderno de especificações.

A AFD reserva-se o direito de organizar várias rondas de negociação com os candidatos seleccionados.

A AFD reserva-se igualmente o direito de adjudicar o contrato com base na oferta inicial, sem negociação.

6.4 Adjudicação do contrato

Antes da assinatura do contrato, e em conformidade com o artigo R2144-7 do Código de Contratação Pública, o adjudicatário deverá transmitir na ferramenta de coleta dos certificados de fornecedores que a Autoridade Contratante tenha instalado (ferramenta Provigis) os documentos abaixo solicitados:

- Um documento válido que ateste a matrícula efectiva da estrutura (extracto K-bis ou equivalente);
- Um certificado válido emitido pelas autoridades competentes que ateste que o candidato está em dia com as suas obrigações sociais (URSSAF, RSI, AGESEA, MDA...);
- A lista nominativa dos trabalhadores estrangeiros fora da CE ou destacados, empregados pela estrutura ou, na falta disso, um atestado de não emprego de trabalhadores estrangeiros fora da CE (com data inferior a 6 meses);
- Um certificado fiscal válido emitido pelas autoridades competentes, certificando que o candidato está em dia com suas obrigações fiscais;
- Um certificado de seguro de responsabilidade civil e/ou profissional válido.

Para cumprir esta última obrigação, o candidato estabelecido em outro estado que a França deve apresentar um certificado emitido pelas administrações e organismos do país de origem. Quando tal certificado não for emitido pelo país em questão, pode ser substituído por uma declaração sob juramento ou, nos Estados onde esse juramento não existe, por uma declaração solene feita pelo interessado perante a autoridade judicial ou administrativa competente, um notário ou uma organização profissional qualificada do país.

Se não apresentar esses documentos dentro do prazo estipulado, a proposta do candidato vencedor será rejeitada e ele será eliminado.

O candidato a seguir será solicitado para apresentar os certificados e atestados necessários antes da adjudicação do contrato.

7. Condições de envio e entrega das candidaturas e ofertas

A transmissão de documentos por via eletrónica só pode ser realizada no seguinte endereço: <https://www.marches-publics.gouv.fr/>.

O fuso horário de referência será (GMT+01:00) Paris, Bruxelas, Copenhague, Madrid.

Cada transmissão será objeto de uma data certa de recepção e de um aviso de recepção eletrónico.

É altamente recomendável iniciar a apresentação de propostas pelo menos 2 horas **antes da DLRO**.

Em caso de problemas, entre em contato com o suporte da plataforma PLACE (<https://www.marches-publics.gouv.fr/>)

Prepare-se com antecedência:

Necessidade de certificado digital - Configuração antecipada da estação de trabalho - recomendação para se preparar com a consulta de teste.

Em caso de resposta electrónica, é necessária a assinatura electrónica de alguns documentos.

O proponente deve ter adquirido um certificado eletrónico. Obter um certificado eletrónico leva vários dias ou até mesmo semanas. Se o proponente não possuir um certificado eletrónico válido

no âmbito da resposta a um contrato desmaterializado, é imperativo que ele faça o pedido com antecedência.

O Proponente é também fortemente aconselhado a providenciar para que sua resposta eletrônica seja arquivada dentro do prazo. Um teste de configuração do posto de trabalho e consultas de teste estão disponíveis na plataforma.

Formatos de arquivo aceitos:

Em caso de transmissão de resposta por via eletrônica, os documentos fornecidos devem estar em um dos seguintes formatos, sob pena de inadmissibilidade da oferta:

- Formato de escritório proprietário compatível com a versão 2003 da Microsoft (.doc, .xls e .ppt),
- Formato de texto universal (.rtf),
- Formato PDF (.pdf),
- Formatos de imagem (.gif, .jpg e .png),
- Formato para planos (.dxf e .dwg).

Qualquer documento que contenha um vírus de computador será arquivado com segurança e considerado como nunca recebido. O candidato em questão será informado. Nestas condições, os candidatos são aconselhados a submeter seus documentos a um antivírus antes do envio.

Assinatura eletrônica dos arquivos de resposta:

Os documentos do proponente devem ser assinados eletronicamente, de acordo com as modalidades detalhadas abaixo.

Em aplicação do decreto de 22 de março de 2019 relativo à assinatura eletrônica dos contratos da encomenda pública, o candidato deve respeitar as condições relativas:

- ao certificado de assinatura do signatário,
- à ferramenta de assinatura utilizada (software, serviço em linha, parapheur se for o caso), que deve produzir assinaturas eletrônicas conformes aos formatos regulamentares. (cf. anexo)

Lembretes gerais: ZIP e assinatura digitalizada:

Os documentos enviados por via eletrônica serão reimpressos após a abertura das ofertas. Os candidatos são informados de que a adjudicação do contrato poderá dar lugar à assinatura manuscrita do contrato em papel.

- Cada arquivo a ser assinado deve ser assinado individualmente, de modo que cada assinatura possa ser verificada independentemente das outras,
- Um arquivo zip assinado não é aceito como equivalente à assinatura de cada documento que constitui o arquivo zip,
- Uma assinatura digitalizada não tem valor de outra coisa que não seja uma cópia e não pode substituir a assinatura eletrônica.

Cópia de segurança:

Os candidatos podem também enviar, dentro do prazo estipulado para a entrega dos pacotes, uma cópia de backup em um meio físico eletrônico (CD-Rom, DVD-Rom, pen drive) ou em papel. Esta cópia é enviada para o endereço abaixo, em envelope selado e comporta obrigatoriamente a menção: «cópia de segurança», a identificação do procedimento em causa e os dados da empresa:

Divisão de Compras do Grupo
5 Rue Roland Barthes
75012 Paris
FRANÇA

Os documentos da cópia de segurança devem ser assinados (para os documentos cuja assinatura é obrigatória). Se o suporte físico escolhido for papel, a assinatura é manuscrita. Se o suporte físico escolhido for eletrônico, a assinatura será eletrônica.

Esta cópia de segurança poderá ser aberta nos casos descritos no artigo 2 II da portaria de 22 de março de 2019 que estabelece as modalidades de disponibilização dos documentos da consulta e da cópia de segurança.

Os pacotes que contenham a cópia de segurança, não abertos, serão destruídos no final do procedimento pela entidade adjudicante.

8. Informações adicionais

Para obter todas as informações adicionais relativas a esta consulta, os candidatos deverão enviar em tempo útil o seu pedido:

- De forma eletrônica, exclusivamente na plataforma de desmaterialização, no seguinte URL: <https://www.marches-publics.gouv.fr/>

Apenas os pedidos enviados pelo menos 5 dias antes da data limite de receção das propostas serão objecto de uma resposta por parte da entidade adjudicante.

Uma resposta será enviada, o mais tardar, 6 dias antes da data fixada para a recepção das ofertas aos candidatos que tenham carregado o dossiê de consulta na plataforma de desmaterialização após se terem identificado previamente

Para informações sobre a entrega de propostas desmaterializadas, consulte o artigo Condições de envio e *entrega das candidaturas e/ou ofertas do presente documento*.

9. Procedimentos de recurso

Esta decisão pode ser objeto de recurso perante o Tribunal Administrativo de Paris.

As vias e prazos dos recursos de que o candidato dispõe são:

- Recurso pré-contratual previsto nos artigos L. 551-1 a L. 551-12 e R. 551-1 a R. 551-6 do Código de Justiça Administrativa (CJA), podendo ser exercido antes da assinatura do contrato.
- Recurso contratual previsto nos artigos L. 551-13 a L. 551-23 e R. 551-7 a R. 551-10 do CJA, podendo ser exercido dentro dos prazos previstos no artigo R. 551-7 do CJA, após a assinatura do contrato.

- Recurso de plena jurisdição em contestação da validade do contrato, aberto a terceiros no prazo de 2 meses a contar da realização das medidas de publicidade adequadas.

ANEXO: DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, abaixo assinado(a)

Agindo na qualidade de

Nome e endereço da empresa:

.....

a) Declara sob a sua honra:

☐ ou ser o representante legal da empresa identificado nos documentos legais

☐ ou possuir uma autorização que o autorize a comprometer a empresa no âmbito da presente consulta (delegação de assinatura comunicada)

b) declara sob a sua honra não estar sujeito a qualquer das exclusões previstas nos artigos L. 2141-1 a L. 2141-5 ou nos artigos L. 2141-7 a L. 2141-10 do Código de Contratação Pública.

N.B. : Quando um operador económico é colocado, durante o processo de adjudicação de um contrato, em uma das situações de exclusão mencionadas nos artigos L. 2141-1 a L. 2141-5, nos artigos L. 2141-7 a L. 2141-10 ou nos artigos L. 2341-1 a L. 2341-3 do Código dos Contratos Públicos, Informa sem demora o comprador dessa mudança de situação.

Documentos de prova disponíveis on-line:

Endereço da Internet onde os documentos comprovativos e os meios de prova são acessíveis diretamente e gratuitamente, bem como todas as informações necessárias para o acesso:

- Endereço de internet:

- Informações necessárias para acessá-lo:

.....

c) declara que não sou, e que nenhum dos membros do meu grupo, nem dos meus fornecedores, empreiteiros, consultores e subcontratados estão incluídos nas listas de sanções financeiras adotadas pelas Nações Unidas, a União Europeia e/ ou a França, nomeadamente no âmbito da luta contra o financiamento do terrorismo e contra os atentados à paz e à segurança internacionais, e me comprometo a informar sem demora a Agência de qualquer alteração da situação

Feito em.....

O.....

Assinatura.....

.....

10. Anexo: Quadro de resposta imposto

As respostas do Prestador não deverão exceder 25 páginas (**Fora** CV):

As respostas devem respeitar o seguinte esquema:

A - Resumo da sua oferta

.A.1 - Compreensão das expectativas da AFD

.A.2 - Resumo das etapas da sua intervenção

A.3 - Calendário geral da missão

B - Pontos fortes e valor acrescentado da sua oferta para realizar esta missão

C - Descrição detalhada da sua oferta

C.1 - Descrição detalhada do conteúdo das etapas propostas (diagnóstico, análises, cenários, plano de ação, relatórios...)

C.2 - Meios aplicados

C.3 - Instâncias e modalidades práticas de pilotagem da missão

C.4 - Tabela de Resultados

C.5 - Planejamento detalhado

D - Recomendações do prestador para a boa realização da missão

E - Apresentação da equipe que intervirá sobre esta missão

.E.1 - Constituição da equipe e distribuição das responsabilidades entre seus membros

E.2 - Currículos dos palestrantes (máximo de 3 páginas por palestrante)

11. Anexo: Requisitos para o certificado de assinatura

Certificado de assinatura:

O certificado de assinatura do signatário deve estar em conformidade com o regulamento «eIDAS» ou equivalente e respeitar o nível de segurança exigido. O RGS (referencial geral de segurança) é substituído pelo regulamento «eIDAS» desde 1 de outubro de 2018.

No entanto, os candidatos que já possuam um certificado «RGS», este permanece utilizável até ao final do seu período de validade.

- Caso 1: Certificado emitido por uma Autoridade de certificação «reconhecida» - Nenhuma prova a fornecer

O certificado de assinatura é emitido por uma Autoridade de certificação mencionada na seguinte lista de confiança:

<https://www.ssi.gouv.fr/administration/visa-de-securite/>

Os candidatos europeus também encontrarão a lista completa dos prestadores na lista de confiança mantida pela Comissão Europeia:

<https://webgate.ec.europa.eu/tl-browser/#/tl/FR>

Neste caso, o proponente não tem que fornecer qualquer prova no certificado de assinatura usado para assinar sua resposta.

- Caso 2: O certificado de assinatura eletrônica não está referenciado em uma lista confiável - Diferentes comprovativos a fornecer

A plataforma de desmaterialização aceita todos os certificados de assinatura eletrônica que apresentam condições de segurança equivalentes às do Référentiel Geral de Segurança (RGS) e «eIDAS».

O candidato assegura-se por si mesmo que o certificado que utiliza é pelo menos conforme ao nível de segurança definido pelo Référentiel Geral de Segurança (RGS) ou «eIDAS», e fornece os justificativos na sua resposta eletrônica.

O candidato deve igualmente fornecer todos os elementos técnicos que permitam à entidade adjudicante assegurar a boa validade técnica do certificado utilizado.

Assim, o signatário deve transmitir com a sua resposta eletrônica os seguintes elementos:

a) qualquer elemento que permita verificar a qualidade e o nível de segurança do certificado de assinatura (prova da qualificação da Autoridade de certificação, política de certificação, endereço do site da referência da Autoridade de certificação),

b) as ferramentas técnicas de verificação do certificado (cadeia de certificação completa até a Autoridade de Certificação raiz, endereço de download da última atualização da lista de revogação de certificados).

Todos estes elementos devem ser de acesso e utilização gratuitos para o comprador, acompanhados, se for caso disso, de manuais claros.

Ferramenta de assinatura usada para assinar arquivos:

O regulamento permite que o proponente use a ferramenta de assinatura de sua escolha.

- Caso 1: O licitante usa a ferramenta de assinatura da plataforma - Nenhuma evidência a ser fornecida

A plataforma integra uma ferramenta de assinatura eletrônica, que produz Tokens de assinatura no formato regulamentar XAdES.

Neste caso, o proponente não tem que fornecer qualquer prova sobre as assinaturas eletrônicas transmitidas e a ferramenta de assinatura utilizada.

- Caso 2: O proponente utiliza uma ferramenta de assinatura diferente da integrada à plataforma - Diferentes justificativos a fornecer

Quando o candidato utiliza uma ferramenta de assinatura diferente da plataforma, ele deve cumprir as duas obrigações seguintes:

- a) Produzir formatos de assinatura XAdES, CAdES ou PAdES.
- b) Permitir a verificação, transmitindo em paralelo os elementos necessários para proceder à verificação da validade da assinatura e da integridade do documento, gratuitamente.

Todos estes elementos devem ser de acesso e utilização gratuitos para o comprador, acompanhados, se for caso disso, de manuais claros.